

ARTIGO

## **MEDICINA E POLÍTICA EM UMA CIDADE IMPERIAL: JOAQUIM VIEIRA DE ANDRADE NO SERRO (MG)**

MARCOS LOBATO MARTINS

Doutor em História pela USP. Professor do curso de História e do Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus Diamantina, MG. N. ORCID 0000-0002-0044-8214.

**RESUMO:** Este artigo analisa a trajetória profissional e política do médico Joaquim Vieira de Andrade no Serro, durante a segunda metade do século XIX. Discute seu papel destacado na vida local, suas ideias e comportamentos e as razões que levaram as elites serranas a transformá-lo em figura emblemática da ordem local, no momento do bicentenário da cidade (1914), quando se tentava recuperar a antiga proeminência regional do município num contexto nacional de obsessiva busca de modernização econômica, social e urbana. As fontes utilizadas são textos de memorialistas, matérias da imprensa local e regional e documentos dos arquivos da Câmara Municipal do Serro e do hospital Santa Tereza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medicina; Modernização; Política; Tradição; Serro oitocentista.

## **MEDICINE AND POLITICS IN AN IMPERIAL CITY: JOAQUIM VIEIRA DE ANDRADE IN SERRO (MG)**

**ABSTRACT:** This article analyzes the professional and political trajectory of the doctor Joaquim Vieira de Andrade in Serro, through the second half of Nineteenth century. Discusses his highlighted paper in local life, his ideas and compartments and the reasons that led the Serro' elites to transformer he in local order emblematic figure, in the instant of the bicentennial of the city (1914), when if tried recover the ancient regional protagonism of the municipality in the national context of obsessive search for economic, social and urban modernization. The founts are memorialists' texts, news of the local and regional press and documents of the archives of the Serro City Hall and Santa Tereza Hospital.

**KEYWORDS:** Medicine; Modernization; Politics; Tradition; Nineteenth century' Serro.

Recebido em: 07/11/2020

Aprovado em: 09/02/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v71p324-350>

## Introdução

Há muito os médicos tornaram-se referências sociais nas cidades brasileiras, particularmente nas pequenas cidades interioranas. Além de curar, boa parte deles enveredou pela política. No Serro, nas cabeceiras do rio Jequitinhonha (MG), muitos doutores cumpriram esta trajetória.

Um deles se sobressaiu, o dr. Joaquim Vieira de Andrade (1845-1897), reconhecido “clínico e cirurgião famoso como jamais apareceu outro naquela vasta região do Norte mineiro (...). A população do Serro e das comarcas circunvizinhas tinha por ele um verdadeiro culto, sobretudo por causa de sua incomparável austeridade pessoal” (SALLES, 1993, p. 200).

Este artigo analisa a vida deste médico, sua atuação profissional e participação política nas hostes do Partido Liberal. Investiga como Medicina e Política combinaram-se na biografia do doutor Andrade, e examina a maneira pela qual, na época do bicentenário do Serro (1914), as elites locais transformaram-no no “maior dos serranos”, elegendo-o símbolo de suas tradições e aspirações regionais, figura emblemática da cidade.

As fontes empregadas são testemunhos de memorialistas do Serro, documentação da Câmara Municipal e da Casa de Caridade Santa Tereza e matérias da imprensa local e provincial.

## O Serro e a saúde na segunda metade do século XIX

Em meados do século XIX, o Serro formava com Diamantina o par de cidades que capitaneavam o vasto Norte de Minas Gerais. Ainda valia nessa época o que escrevera sobre o lugar o viajante J. E. Pohl, que lá estivera nos anos 1810: “a bela vila deve ter umas 600 casas, a metade delas de 2 andares... os habitantes em sua maioria são mineiros, que exploram suas lavras de ouro nos arredores e cultivam as suas plantações de milho, feijão, algodão e cana de açúcar”.<sup>1</sup> A economia do município baseava-se na agricultura de abastecimento e na mineração. Os mantimentos e o gado eram os principais produtos de exportação serranos. A tabela abaixo fornece a população do distrito da cidade do Serro entre 1832 e 1900:

---

<sup>1</sup> POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil**. 2ª. Parte. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 362.

TABELA 1 – População do distrito da cidade do Serro, 1832-1900.

Ano	População
1832-40	5.195
1856-58	10.584
1872	11.995
1890	17.391
1900	18.554

Fonte: SOUZA, 1993, p. 116.

Por volta de 1840, a camada de proprietários, por grupos de ocupação, era composta por: profissionais liberais, 19,8% do total; comércio (incluindo fazendeiros), 50,4%; mineradores, 3,1%; lavradores, 8,4%; e artesãos, 16,8% (SOUZA, 1993, p. 122). Em 1872, a escravaria representava 18% dos habitantes do Serro. Os crioulos eram 60% dos cativos no distrito da cidade desde 1840 (MOTA, 2006). Tratava-se de sociedade agrária, fortemente hierarquizada, de fervorosa religiosidade e costumes conservadores.

Na pequena urbe nortista, as doenças eram assunto de diferentes tipos de personagens. Ao lado dos raros médicos, atuavam barbeiros, boticários, cirurgiões, curandeiros e parteiras. Conforme Betânia Figueiredo:

Havia toda uma terapêutica conduzida por curandeiros e raizeiros, médicos práticos, boticários e parteiras que incluía ou não os apelos ao mundo da fé e que tinha, em determinadas circunstâncias, certa eficácia. Eram pessoas capazes de diagnosticar e prescrever, através da observação, da crença religiosa, do conhecimento cotidiano da população na qual atuavam (hábitos alimentares, excessos alcoólicos, problemas crônicos, entre outros) e acabavam por ganhar credibilidade e ocupar um lugar legitimado de atuação (FIGUEIREDO, 2002, p. 61).

Os práticos costumavam lançar mão de guias populares de medicina, como o *Erário Mineral* (1735), de Luís Gomes Ferreira, e o *Chernoviz*.<sup>2</sup> No Serro, à época em que começou a clínica do dr. Joaquim Vieira de Andrade, o exercício da “medicina popular” contava com personagens bastante conhecidos: Lucinda, a parteira; Lúcio Papudo, que curava coxalgia infantil; dr. Pedro Sanches, jurisconsulto que exercia a homeopatia e realizava

<sup>2</sup> O dr. Pedro Luís Napoleão Chernoviz foi um médico polonês que chegou ao Rio de Janeiro em 1840, filiando-se à Academia Imperial de Medicina. Foi “autor dos popularíssimos *Dicionário de Medicina Popular* e *Formulário ou Guia Médico do Brasil*, usados pelas famílias, fazendeiros, clérigos do interior e por todos os que não podiam ter acesso aos serviços médicos” (COELHO, 1999, p. 71).

pequenas cirurgias; João Pança, veterinário prático; e o sr. Pelego, o boticário (SALLES, 1993).

Joaquim de Salles (1879-1962) descreveu a parteira Lucinda como segue:

Lucinda era uma preta que, ao meu tempo de menino, já andava pela casa dos cinquenta – a maior parteira do Serro em todos os tempos. Lucinda não sabia nem ler nem escrever. Não podia, portanto, ter aprendido nos tratados a arte, a parte obstétrica da Medicina em que se tornou verdadeira exímia. Há de ter aprendido com outra ou outras *curiosas*; mas a todas superou e os próprios médicos não ousavam sobrepor-se à autoridade de sua experiência nos casos complicados. (...) De resto, toda a gente no Serro lhe fazia muitos presentes e não poucos obséquios. Ganhava roupas e cortes de vestido, sapatos, lenços de seda para os fados da cabeça, xales, leitões, perus, galinhas e frangos, estes últimos modestas lembranças de seus clientes mais humildes (SALLES, 1993, pp. 96-98).<sup>3</sup>

Outro personagem de destaque na “medicina popular” era o boticário Pelego, cujo estabelecimento também foi descrito por Joaquim de Salles:

Para os cavacos da botica do Pelego concorriam quase todos os intelectuais e celebridades de todas as classes da cidade. Eram médicos, advogados, magistrados, deputados gerais e provinciais e jornalistas, porque, por mais inverossímil que isso pareça, no meu tempo havia três jornais semanários no Serro, nos quais escreviam homens como Sabino Barroso, José Pedro de Araújo, Coelho Júnior, Tocantins de Gouveia, humorista consumado, Alcebíades Nunes, poeta e publicista, Inácio da Fontoura e tantos outros que fariam entre nós uma bela figura. A gente humilde, e até iletrados, era admitida nas covoqueiras daquela famosa botica. Era frequente ver à tarde, metido entre doutores, o José Pateleiro, que tomara da profissão o apelido, homem que não sabia assinar o nome, mas era dotado de raro senso comum, grande qualidade hoje tão rara no mundo (SALLES, 1993, p. 213).

Entre os anos 1840-1890, no município do Serro atuaram os seguintes profissionais de saúde diplomados:

QUADRO 1 – Médicos e farmacêuticos no Serro, anos 1840-90.

Médicos	Farmacêuticos
Simão da Cunha Pereira Augusto Clementino da Silva Bento Alves Gondim (Conceição) Coelho Rocha (Guanhães)	Aurélio Pires de Figueiredo Camargos Ignácio Alves Barroso João Luiz de Almeida e Souza

<sup>3</sup> Ver sobre Lucinda e outras parteiras mineiras oitocentistas o trabalho de Vera Lúcia Caixeta (2014).

Francisco Nunes Coelho Jr. (Guanhães) Henrique Duarte da Fonseca João Antônio Lopes de Figueiredo José Pedro de Araújo	Simão da Cunha Pereira (filho)
--	--------------------------------

Fonte: [https://serro.mg.gov.br/arquivos/13\\_serranosilustres.pdf](https://serro.mg.gov.br/arquivos/13_serranosilustres.pdf).

Entre eles, apenas o dr. Joaquim Vieira de Andrade virou objeto de culto político na passagem do século XIX para o século XX.

### **O dileto discípulo nortista de Esculápio: atuação médica do doutor Andrade**

Joaquim Vieira de Andrade nasceu no Serro em 05 de fevereiro de 1845, filho de Joaquim da Silva Pereira de Andrade e de Anna Felizarda de Pina, que pertencia à destacada família dos Ottoni. Seu batismo ocorreu em Diamantina, no dia 27 de fevereiro do mesmo ano (FERREIRA, 1998). Joaquim teve um irmão, Theófilo Vieira de Andrade (1848-1922), ordenado padre em 1876. O pai morreu quando os filhos eram pequenos. A viúva criou os meninos em um casarão ao lado da Igreja da Purificação.

Andrade realizou os estudos primários no Serro e “depois, sob a proteção de um tio, o sr. Joaquim Vieira de Pina, acabou na Corte o seu curso de humanidades” (*Liberal Mineiro*, Ano VII, n. 25, p. 2, 04/03/1884), ingressando, no ano de 1862, na Faculdade de Medicina.<sup>4</sup>

A condição de sua família lhe possibilitava cursar medicina, curso caro e longo (seis anos de duração, o ano letivo estendendo-se de março a outubro, os exames realizados nos meses de novembro e dezembro). Santos Filho apontou que o ingressante deveria ter idade mínima de dezesseis anos, apresentar atestado de bons costumes fornecido pelo Juiz de Paz de sua localidade de residência e possuir

conhecimento de Filosofia, Aritmética, Geometria e uma das línguas: a latina, a inglesa ou a francesa, sendo esta a preferida pela maioria. Para obter o título de Doutor em medicina, o sextanista defendia em público, perante a congregação de lentes, uma tese escrita em

<sup>4</sup> No Brasil oitocentista, havia apenas duas escolas de Medicina, ambas fundadas em 1832: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador. Até os anos 1820, todos os médicos do Brasil tinham se formado na Europa, principalmente em Lisboa (SANTOS FILHO, 2004, p. 542).

vernáculo ou em latim, impressa à própria custa (SANTOS FILHO, 2004, p. 551).<sup>5</sup>

Por algum tempo, o moço foi professor de latinidade no Colégio Marinho, depois interno por concurso de clínica cirúrgica na Faculdade de Medicina (*Liberal Mineiro*, 04/03/1884). Conforme Gustavo Penna, o jovem serrano viveu na capital imperial devotado aos estudos:

Conheci-o ainda sextanista de medicina, no Rio de Janeiro. Era já notável pela austeridade de costumes e pelo incansável amor ao estudo. Na rua do Ouvidor, que era, naqueles tempos de muito atraso e não pouca sujeira, o ponto de palestra dos pelintras, dos políticos, de todo mundo, Vieira de Andrade nunca era visto, exceto para ir procurar, no Garnier ou no Laemmert, algum livro novo (Gustavo Penna, apud. LINS, 1941, p. 83).

Ainda conforme Penna, ele inspirara grande respeito aos seus professores: em um exame, um dos docentes teria pedido desculpas por submetê-lo à prova, pois o considerava, por causa de seu conhecimento e perícia, habilitado a ocupar cargo de lente na Faculdade.

A formatura de Joaquim Vieira de Andrade ocorreu em 1868. Ele propusera três diferentes teses: *Do Reumatismo*, *Das Úlceras* e *Das Operações Reclamadas pelos Tumores Hemorroidais*, que abarcavam a medicina clínica e a medicina cirúrgica (SANTOS FILHO, 1991).

Formado, Andrade retornou ao Serro. Em 1870, foi eleito pela primeira vez Provedor da Casa de Caridade Santa Tereza. No ano seguinte elegeu-se vereador. Tornou-se colega do doutor Simão da Cunha Pereira (1822-1862), que se destacara na política provincial (deputado de 1858 a 1861).

O dr. Simão da Cunha Pereira era poderosa influência política, principalmente no Norte de Minas, região a que prestou grandes serviços. Na idade de 40 anos e regressando de Ouro Preto, onde acabava de presidir a Assembleia Legislativa Provincial, faleceu no Serro a 13 de outubro de 1862 (PEREIRA FILHO, 1992, p. 33).

O dr. Andrade logo formou clientela variada e numerosa, composta por ricos e pobres. Era o típico médico de família oitocentista. Adquiriu fama como cirurgião: “era operador destro e seguríssimo no golpe” (GUERRA, 1988,

---

<sup>5</sup> Ainda conforme Santos Filho, a taxa de matrícula no curso tinha o valor de 20\$000 (vinte mil réis), quantia considerável. Os certificados de aprovação também eram caros, cerca de 100\$000 (cem mil réis).

p. 89). À sua habilidade somava-se sua consciência de que as cirurgias eram perigosas, mutilatórias, fontes de infecção e quase sempre realizadas sem anestesia.<sup>6</sup> Por isso, o dr. Andrade dizia que o cirurgião deveria entrar em ação apenas em casos difíceis e extremos: isto é, na certeza de que “se eu não fizer a operação, o doente morre; se fizer, há probabilidade de escapar” (LINS, 1941, p. 99).

Nos primeiros anos, o dr. Andrade atendeu os pacientes domiciliarmente. Deslocava-se na cidade e fora dela, muitas vezes sendo obrigado a fazer longas viagens a cavalo. Como assinalou Betânia Gonçalves Figueiredo (2002, p. 56): “(...) o médico era introduzido na intimidade doméstica, no interior das casas. Alguns viajantes que percorreram Minas no século XIX observaram que o interior das casas era espaço reservado, íntimo, só aberto e revelado em situações especiais”. Os pacientes, sobretudo os abastados, preferiam ser tratados – e mesmo operados – em suas residências. Outra razão dessa preferência era o valor dado pela “boa sociedade” à intimidade familiar: a doença era tida como assunto que não deveria se tornar público. Somente na segunda metade do século, gradualmente, se tornaria mais comum os doentes irem ao consultório médico.

No fim dos anos 1860, Joaquim Vieira de Andrade montou seu consultório “no primeiro compartimento à esquerda do corredor de sua morada” (REIS, 1976, p. 9). Ali atendeu principalmente os pobres. O consultório era bem frequentado, conforme um memorialista:

O movimento de consultas ia das sete da manhã às cinco da tarde. Era só gente pobre. O dr. Andrade atendia a todos com o máximo de carinho. Receitava e à maior parte dos clientes dava dinheiro para aviar as receitas na botica do Pelego. Os pobres acorriam à casa do dr. Andrade de todos os pontos do município e ainda dos municípios vizinhos (SALLES, 1993, p. 90).

O dr. Andrade também fez as vezes de dentista no Serro. Arrancou e “chumbou” dentes. Isso se explica pelo fato de que dentistas formados eram

---

<sup>6</sup> Em 1846, realizou-se a primeira cirurgia sob anestesia nos Estados Unidos, utilizando o éter. Em 1847, teve início o uso do clorofórmio como anestésico. Nesse mesmo ano, foram realizadas cirurgias no Rio de Janeiro sob inalação do éter e, em 1848, do clorofórmio (SANTOS FILHO, 2004).

raríssimos à época. Somente em 1884 surgiu o primeiro curso de Odontologia no país.

O lugar de atuação mais destacado do dr. Andrade foi a Casa de Caridade Santa Tereza, mantida pela Irmandade de Santa Tereza, criada em 11 de junho de 1858. O hospital ficava no sítio onde existira a Casa de Fundação do Serro. A inauguração da Casa de Caridade Santa Tereza ocorreu no dia 27 de março de 1863. Mantido pela benemerência dos serranos (raríssimas vezes recebeu dotações governamentais), o hospital destinou-se ao atendimento dos doentes destituídos de recursos. O próprio dr. Andrade fez doações em dinheiro para garantir o seu funcionamento. Cita-se aqui o exemplo da doação de 26 de outubro de 1873:

(...) Depois de lida a presente ata, o Irmão Mesário Manoel do Nascimento Moura propôs que se consignasse na ata um voto de agradecimento ao atual Provedor, dr. Joaquim Vieira de Andrade pelo muito que tem feito em benefício da Irmandade, já como Provedor, já como médico e já pelo importante donativo que fez a mesma Casa (Ata da Irmandade da Casa de Caridade Santa Tereza, Livro I, 26/10/1873).

Noutra ocasião, ao figurar como herdeiro do padre Jacinto Nunes, o médico destinou 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) em favor da instituição. Sobre esse episódio, um conterrâneo escreveu mais tarde: “[O dr. Andrade] abriu mão de uma fortuna de cinquenta contos de réis – valor da herança, por delicadeza de consciência e nobreza de sentimentos. Quantos seriam hoje capazes de tão grande desprendimento?” (LINS, 1941, pp. 68-69).

O dr. Andrade foi eleito Provedor sucessivamente de 1870 a 1876. Voltou a ser eleito para o cargo no período 1886-1889. Na Casa de Caridade Santa Tereza contou com a colaboração do irmão padre. Juntos trabalharam no sentido de melhorar as condições higiênicas do hospital, torná-lo acessível para o povo, além de zelarem por suas finanças. Esta sintonia dos irmãos Andrade transparece nas Atas da Irmandade:

Aos seis dias do mês de novembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e três, reunidos os Membros da Mesa, e tendo o Ilustre Irmão Doutor Joaquim Vieira de Andrade ...(ilegível)... a necessidade de aumentar o cômodo que atualmente serve de enfermaria das mulheres, ficou deliberado. (...) O Revmo. Irmão Padre Theófilo propôs também que a Mesa mandasse fazer uma latrina em cada uma das enfermarias, e ficou deliberado

(Ata da Irmandade da Casa de Caridade Santa Tereza, Livro I, 06/11/1883).

Como numerosos outros médicos país afora, o dr. Andrade trabalhou em prol da promoção do sanitarismo e do higienismo na Câmara Municipal da cidade e integrou equipes averiguadoras de problemas de saúde pública. Ocupou-se de questões como existência de águas estagnadas, asseio das ruas, abastecimento de água potável, controle de epidemias, etc. O dr. Andrade acreditava no médico como agente da modernização da sociedade e de ordenação dos espaços citadinos.

Neste aspecto, ele estava de acordo com as elites imperiais, desejosas de alçar o país ao rol das nações civilizadas, apoiando-se no ideário cientificista do século XIX. Os engenheiros e médicos, mais que os advogados, seriam essenciais nessa tarefa (COELHO, 1999). Urbanização e sanitarismo deveriam caminhar juntos, de maneira que o médico, imbuído de autoridade científica, tinha papel político a desempenhar. A propósito, vale citar Margareth L. Rago:

(...) o poder médico procura projetar-se no mundo da política, outorgando-se um papel de importância vital para a sobrevivência física e moral dos habitantes, das crianças aos adultos, de todas as classes sociais. De fato, os médicos adquirem uma crescente participação no aparato governamental, seja dirigindo o serviço sanitário, seja definindo dispositivos estratégicos de regulação dos comportamentos e da vida íntima dos diversos setores da sociedade (RAGO, 1985, p. 120).

Para a medicina imperial, subordinada ao paradigma dos miasmas, os médicos tinham que liderar a luta pela ordenação dos espaços públicos, com a finalidade de isolar e eliminar os ambientes insalubres, bem como difundir os hábitos de higiene na sociedade. Missão que implicava erigir nova ordem social abarcando tanto os espaços dos vivos como dos mortos. Combater os cortiços e todo tipo de habitação insalubre, cuidar do esgotamento sanitário e da limpeza pública, favorecer a circulação de ar nas cidades, drenar os lugares acumuladores de águas pestilentas, isolar os doentes em hospitais, sanatórios e asilos, sepultar os mortos longe dos vivos (CHALHOUN, 1996).

Imbuído destes princípios, o lema do dr. Andrade foi “prevenir antes de curar”. Basta citar uma evidência a esse respeito:

Na ordem do dia, leu o Secretário o relatório enviado a esta casa pelo sr. Delegado Municipal do Serro, Jacinto Pereira de Magalhães Castro, em que relata a ocorrência de febre tifoide na cidade e nos distritos. O delegado denuncia ainda a má localização do matadouro, a existência de águas estagnadas no “Bota Vira”, de chiqueiros nas casas e de cães hidrófobos nas ruas, pedindo providências. Após longo debate, a Câmara deliberou pela distribuição de remédios aos pobres, exigir do Fiscal cumprimento do artigo 35 das Posturas de 1872 e do artigo 37, prontamente. Deliberou criar comissão com a finalidade de estudar a mudança do matadouro e a origem das febres de mau caráter, de que fazem parte o doutor Joaquim Vieira de Andrade, o Delegado Jacinto Pereira Magalhães Castro e o Vigário do Rio do Peixe, Agostinho Francisco Paraíso (Arquivo da Câmara Municipal do Serro, Atas, 1879. Ata da Reunião de 28/01/1879).<sup>7</sup>

Mesmo católico fervoroso, o dr. Joaquim Vieira de Andrade se opôs às irmandades religiosas do Serro quando, no início dos anos 1880, a cidade debateu a construção de cemitério extramuros das igrejas. Os sacerdotes e as irmandades consideraram a proposta contrária à religiosidade e aos costumes da população, além de desrespeitosa para com a Igreja. Enterrar os mortos fora das igrejas significaria reduzir a algo meramente profano o mistério da Morte. Os higienistas, por seu turno, esgrimiram a medicina miasmática para justificar o acerto da medida:

(...) a decomposição dos cadáveres produziria gases ou eflúvios pestilenciais, que atacavam a saúde dos vivos. Estes deviam se cuidar transferindo os mortos para cemitérios localizados fora do perímetro urbano, em lugares elevados e arejados, cercados de árvores frondosas que ajudassem a limpar o ar, longe de fontes de água potável e fora da rota de ventos que soprassem sobre a cidade (REIS, 1999, p. 134).

O dr. Andrade considerou que as irmandades defendiam posição supersticiosa. Participou da comissão instituída pela Câmara no fim de 1881 para escolher o lugar do Cemitério Público. Na sessão de 11 de fevereiro de 1882, foi lido o parecer elaborado pela referida comissão: fora escolhido sítio amplo, elevado, afastado do centro da cidade e com declive em sentido oposto à urbe, de maneira que as águas pluviais oriundas do cemitério não infectariam o perímetro urbano. Indicava também a necessidade de construção de muro alto cercando a necrópole.

---

<sup>7</sup> O art. 35 do Código de Posturas Municipais do Serro proibia a criação de porcos dentro da cidade; o art. 37, por sua vez, dispunha sobre costumes no perímetro urbano.

Em clima de ebulição, a cidade acompanhou as doações para a edificação do Cemitério. O Barão do Serro ofereceu doação de 500\$000 (quinhentos mil réis) para a obra, exigindo para si e para sua família jazigo perpétuo. O dr. Andrade interveio prontamente. Doou a pequena fortuna de 2:500\$000 (dois contos e quinhentos mil réis) sem pedir nenhum privilégio e costurou o acordo que encarregou a Paróquia de encabeçar a obra. Somando-a à verba de um conto de réis repassada pelo Governo Provincial, a Paróquia do Serro, responsável pela administração das obras, recusou a doação da Maçonaria.<sup>8</sup>

### **O político Joaquim Vieira de Andrade**

No Império, passar pelas faculdades de Direito e Medicina implicava no ingresso na política para a maioria dos diplomados. Vida intelectual e política eram faces da mesma moeda. Advogados, engenheiros e médicos adquiriam prestígio social e posição nas elites regionais, provinciais e nacionais. Como assinalou Betânia Figueiredo:

Os médicos são, sem dúvida, uma referência nas suas respectivas cidades. Muitos acabam por se envolver na vida política, demonstrando popularidade. Foram deputados, constituintes, prefeitos, juízes de paz, senadores, ministros e ocupavam uma série de outros cargos públicos, como provedor de Santa Casa e cargos de saúde pública nos seus municípios (FIGUEIREDO, 2002, pp. 217-218).

O dr. Joaquim Vieira de Andrade assumiu cargos políticos municipais e nacionais. Disputou e venceu eleições. Mal acabara de diplomar-se tomou assento na Câmara Municipal do Serro. Em 1871 já era vereador (Arquivo da Câmara Municipal do Serro, ata da sessão extraordinária de 28/09/1871, Caixa 124), eleito pelo Partido Liberal, o mesmo de seu parente Theófilo Benedito Ottoni. José Moreira de Souza tem razão ao escrever sobre o médico serrano:

Médico e político, formava com o irmão Theófilo Vieira de Andrade, uma dupla inconfundível. O dr. Joaquim é a face local dos Ottoni. O que foi Theófilo Ottoni no cenário da Província e do Império, foi o dr.

---

<sup>8</sup> Ressalta-se, contudo, que doações individuais de maçons foram aceitas pela Paróquia. Depois de algum tempo após a construção do Cemitério Municipal, as Irmandades do Serro aquiesceram aos sepultamentos de seus membros na nova necrópole. O imóvel oferecido pelo Barão do Serro em nome da Maçonaria acabou cedido, no ano de 1902, à Liga Operária Beneficente do Serro.

Joaquim na cidade do Serro. Ele também pertencia à família Ottoni (SOUZA, 1993, p. 223).

Como vereador, o dr. Andrade cuidou especialmente dos temas da saúde pública, como mencionado anteriormente, e da instrução pública. Na sessão ordinária de 21 de abril de 1879, ele propôs que a Câmara obtivesse aprovação do Governo Provincial das escolas criadas no subúrbio da cidade: “1ª. Sessão Ordinária da Câmara Municipal, 21 de abril de 1879. (...) Sumário: (...) Indicação do dr. Andrade para a Câmara ouvir e pedir a aprovação do Governo para as escolas municipais criadas pela Câmara nos subúrbios do Gambá e Pasto do Padilha” (Arquivo da Câmara Municipal do Serro, Caixa 105).

Dr. Andrade também teve papel importante na criação do Liceu de Artes e Ofícios do Serro, participando da mobilização política liderada pelo deputado provincial diamantinense, dr. João da Matta Machado Júnior. O funcionamento da escola profissional foi autorizado pela Lei n. 2.543, de 06 de dezembro de 1879. No dia 27 de janeiro de 1880, a Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública enviou ofício para o inspetor da Câmara Municipal do Serro, informando a nomeação dos membros do Liceu:

De ordem do Ilmo. Sr. Inspetor Geral comunico a Vossa Senhoria para seu conhecimento e assim fazer constar aos interessados que, por ato de 13 do corrente, Ilmo. Sr. Vice-Presidente nomeou para o Lyceu de Artes e Ofícios desta cidade: Diretor: Antônio Thomaz de Godoy. Membros do Conselho Diretor e Fiscal: o Barão do Serro, Dr. Joaquim Vieira de Andrade, Dr. Ernesto Pires dos Mares Guia. Secretário: Cândido José de Senna. Professor de aritmética, geometria plana e desenho linear o diretor Antônio Thomaz de Godoy. Professor de português o secretário Cândido José de Senna, os quais deverão quanto antes solicitar seus títulos, a fim de poderem entrar em exercício, logo que for instalado. Deus guarde a Vossa Senhoria. (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 128, Caixa 118).

Em favor do Liceu de Artes e Ofícios do Serro, que enfrentou dificuldades para receber regularmente verbas provinciais suficientes, o dr. Andrade patrocinou apoio da Câmara Municipal às aulas, por meio da resolução n. 2.717, de 18 de outubro de 1880.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Convém observar, no entanto, que tanto no Serro como em Diamantina, as elites locais preconizavam educação diferenciada para os filhos dos trabalhadores e os filhos dos proprietários. Para os primeiros, ensino profissional, de artes e ofícios mecânicos; para os segundos, ensino de humanidades, bacharelesco. Ver Carla Simone Chamon (2014).

No ano de 1870, o dr. Andrade encabeçou a lista de adesões à “Associação Filantrópica Os Obreiros da Emancipação”, fundada sob os auspícios do Partido Liberal e estímulo do Bispo de Diamantina, Dom João Antônio dos Santos.<sup>10</sup> O artigo 5º. do Estatuto da associação dizia:

O fim a que esta Associação se propõe é criar uma renda mensal- ilimitada por meio de ‘contribuições’ mensais para com ela se emancipar na pia batismal – de preferência – e alimentar o maior número de crianças principalmente do sexo feminino nascidas neste município, de ventre escravo (SOUZA, 1993, p. 86).

Os associados deveriam contribuir com mensalidades de mil réis (1\$000) pelo tempo que durasse a escravidão no país, ou “enquanto não forem por alguma lei do poder competente julgados livres os ventres escravos, devendo nesta dada última hipótese modificar a sua esfera de ação” (SOUZA, 1993, p. 86).

O dr. Andrade foi abolicionista como seus pares Theófilo Ottoni e Joaquim Felício dos Santos.<sup>11</sup> Mas sua ligação com o Partido Liberal possuía uma singularidade. É que o médico serrano tinha críticas às orientações programáticas tanto dos liberais como dos conservadores, de maneira que tomava suas decisões e votava nas casas legislativas sempre depois de realizar minucioso estudo das questões, e sua posição derivava unicamente dos critérios de sua razão, não dos ditames do seu partido. Conforme suas próprias palavras, reproduzidas por Edmundo Lins: “Nunca fui e não sou partidário, porque o espírito partidário sufoca e suplanta o patriotismo, e porque os partidos no Brasil não representam ideias nem princípios” (LINS, 1941, p. 101).

Embora seguindo sempre os ditames de sua convicção, o fato é que o médico serrano jamais se desligou do Partido Liberal e, por essa legenda, alcançou mandato de deputado geral nos anos 1880, legislatura 1881-1884, motivo pelo qual, aliás, teve de recusar tomar posse como Juiz de Paz eleito pelos serranos para igual período. O Partido Liberal lançara sua candidatura

---

<sup>10</sup> Sobre as ações abolicionistas do Bispado de Diamantina, ver a dissertação de Livia Gabrielle de Oliveira (2011).

<sup>11</sup> Sobre Theófilo Benedito Ottoni, ver o trabalho de Valdeci Lopes de Araújo (1998). Sobre Joaquim Felício dos Santos, ver o texto de Marcos Lobato Martins (2003).

sem lhe fazer prévia consulta, no interesse de derrotar outro forte candidato ao Parlamento.

A atuação do dr. Andrade na Câmara de Deputados chamou atenção pela seriedade, disciplina e austeridade. A seção “Perfis biográficos” do jornal *Liberal Mineiro* não poupou elogios ao exercício parlamentar de Joaquim Vieira de Andrade:

Na Câmara (...) é o primeiro a comparecer às sessões, o último a sair, nunca foi apontado entre os ausentes, acompanha a marcha das discussões, discute ele próprio com máximo critério, vota conforme os ditames de sua consciência. Alguns o chamam de excêntrico... Sublime excentricidade de cumprimento do dever (*Liberal Mineiro*, Ano VII, n. 25, p. 2, 04/03/1884).

O periódico mencionou uma “excentricidade” do médico-deputado: “O dr. Andrade tem distribuído com o distrito [eleitoral encabeçado pelo Serro] todo o seu subsídio de deputado, e isto faz sem estrépito, pregão ou barulho nos jornais”. Distribuía seus subsídios aos pobres, às igrejas e obras pias do distrito. Por essas e outras qualidades cívico-pessoais, o órgão do Partido Liberal mineiro lamentou a decisão do serrano de abandonar a Câmara: “Andrade está descrente da vida pública, não aspira à reeleição e diz nos seus colóquios: ‘– que está aflito para arrancar de seus ombros a túnica de Nessus da política’” (*Liberal Mineiro*, n. 25, 04/03/1844).

Anos depois, em termos que ecoaram os elogios do periódico mineiro, o conde Affonso Celso, que fora companheiro do dr. Andrade na Assembleia Legislativa Imperial, assim o descreveu no livro *Oito Anos de Parlamento*, no capítulo “Deputados Notáveis”:

Joaquim Vieira de Andrade, igualmente do interior de Minas e médico de primeira ordem, caracterizava-se pelo excessivo escrúpulo no desempenho de suas obrigações, verdadeira monomania do dever. Exageradamente religioso, caritativo e casto, incapaz de um juízo temerário ou de uma proposição menos segura, gastava o subsídio em esmolas, ou o remetia à mãe, reservando para si apenas a quantia indispensável à alimentação, vestuário e transporte. Nunca faltou a uma sessão. Sentava-se na bancada estritamente à hora regimental, e só se levantava findo os trabalhos. Nem para atender a quem o procurava ou para satisfazer necessidades físicas arredava pé do seu lugar, o que lhe prejudicava a saúde. Estudava todos os projetos, ouvia todos os discursos, votando somente depois de acurado exame de consciência. Confessava-se de semana em semana e assistia à missa quotidianamente. Cifrava-se seu divertimento único em ir, de quando

em quando, ao Teatro Lírico. Conhecedor profundo de música, seguia na partitura a ópera cantada, indignando-se se suprimiam ou modificavam algum trecho. Dava consultas clínicas a dezenas de colegas, antes de principiar a sessão, sempre pronto a prestar serviços, desde que não preterisse assim a fiel execução do que lhe competia. Tipo de austeridade, virtuosíssimo, para ele a deputação importava árduo sacrifício. Morreu doido (CELSO, 1998, p. 96).

Sua independência política permitiu-lhe acomodar determinados traços de caráter contraditórios em relação às orientações programáticas do Partido Liberal. Nunca abandonou os dogmas e ensinamentos da Igreja Católica. Na verdade, suas convicções religiosas foram mais fortes que suas convicções políticas. Joaquim Vieira de Andrade aceitou inteiramente o catolicismo oficial e sua guinada ultramontana, em meados do século XIX, sob o papado de Pio IX. De acordo com Lincoln de Abreu Penna,

A eleição pelo Colégio dos Cardeais do Papa Pio IX, em 1847, provocou uma mudança da Igreja romana em face da tolerância com outros cultos. No Brasil, a partir deste papado, as relações entre Maçonaria e Clero, até então cordiais, se modificam em razão do ultramontismo de Roma. Pio IX resolvera desencadear verdadeira cruzada contra os maçons (PENNA, 1999, p. 48).

O dr. Andrade, por conseguinte, mais do que se bater contra os maçons – como no caso do episódio da construção do Cemitério Paroquial do Serro, inaugurado em 1884 –, recusou o anticlericalismo dos liberais da Geração 1870.<sup>12</sup> O médico-político serrano concordava que a Igreja Católica não poderia continuar com seu caráter regalista, submetida pela instituição do Padroado. O Clero deveria ter autonomia em assuntos religiosos. Mas nem por isso defendeu a ruptura entre o Estado e a Igreja. Ele os via como instituições complementares em suas ações, o poder civil equiparado ao poder eclesiástico, ao qual deveria caber, privilegiadamente, a promoção e o controle da “moralidade pública”. Noutros termos, ele apreciava positivamente o entrelaçamento histórico dos poderes temporal e espiritual, bem como a permanência dos ritos católicos nos eventos civis, inclusive do

---

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre o pensamento e as propostas políticas da Geração de 1870, ver o trabalho de Angela Alonso (2002).

juramento católico nos atos de colação de grau dos formandos das faculdades brasileiras, obrigatório até 1879.<sup>13</sup>

Na opinião do dr. Andrade, a presença desembaraçada de outras associações civis, como a Maçonaria, seria perniciosa ao ambiente social e político do Império, razão pela qual tornou-se feroz adversário da Maçonaria no Serro. A cruzada antimaçônica do médico serrano recebeu registro nas memórias de Edmundo Lins:

[Joaquim Vieira de Andrade] Era, de fato, ultramontano e impertérito defensor dos dogmas e da doutrina da Igreja Católica, Apostólica, Romana. Contra esta, em 1871, achava-se em luta acirrada a Maçonaria. Esta possuía muitos adeptos no Serro e na Diamantina. Enfrentava-os sempre o dr. Andrade com o maior desassombro (LINS, 1941, p. 56-57).

Na chamada “Questão Religiosa”, que inflamou o país no início dos anos 1870, o ilustre médico se colocou ao lado da Igreja Católica e seus bispos, destoando da ampla maioria dos liberais. O jornal maçônico diamantinense *O Monitor do Norte*, que circulava também no Serro, publicou uma série de artigos de maçons serranos atacando seus conterrâneos católicos. Um deles alvejou a mãe do dr. Andrade. O médico ficou furioso, propenso a buscar vingança pessoal contra o autor da matéria, mas foi demovido a tempo pelo padre Jacinto Nunes, seu grande amigo (SALLES, 1993, p. 205).

Certamente experimentando contradições políticas de maneira menos dramática, alguns outros próceres liberais do Norte mineiro perfilarão-se ao dr. Andrade nessa questão da laicidade do Estado. Foi o caso da família Felício dos Santos de Diamantina. Conforme Marcos Lobato Martins:

Joaquim Felício e seus irmãos dom João e Antônio colocaram-se como defensores do catolicismo oficial e do movimento de “romanização”. O jornalista republicano, tribuno do velho Tijuco, aliou-se à Igreja ultramontana no momento em que os integrantes da Geração 1870 faziam pregações anticlericais inflamadas (MARTINS, 2002, p. 23).

---

<sup>13</sup> A este respeito, escreveram Lúcia Neves e Humberto Machado (1999, p. 211): “Mesmo as cerimônias públicas do poder civil não deixavam de comportar uma missa solene ou um *Te Deum*. As próprias eleições, o ritual mais secularizado a que estava exposta a população, iniciavam-se por uma missa, durante a qual a prédica do sacerdote enumerava as qualidades de um bom deputado e exortava os fiéis a escolherem seus representantes com consciência”.

O espírito profundamente católico do dr. Joaquim Vieira de Andrade não aguentou a ruptura política de 1889, a Proclamação da República e a consequente laicização do Estado. O médico sofreu grande abatimento e enlouqueceu, como narrou Joaquim de Salles:

Em fins de 1889 tinha sido ainda uma vez eleito deputado geral, mas ao chegar em Barbacena com destino à Corte foi surpreendido com a revolução republicana e os primeiros atos do Governo Provisório: separação da Igreja e do Estado, casamento civil, cemitérios leigos. Todas essas medidas anticlericais o perturbaram tão profundamente que perdeu por completo o uso da razão (SALLES, 1993, p. 201).

Este memorialista, testemunha infantil dos acontecimentos, conta que a cidade entristeceu imediatamente, sentiu-se órfã. As igrejas do Serro ficaram repletas de pessoas que oravam em favor da cura do dr. Andrade. E o povo encheu-se de alegria quando veio notícia de que o médico havia melhorado, e retornaria à cidade:

Foi quando chegou ao Serro a notícia de estar o dr. Andrade completamente curado e que breve regressaria ao torrão natal. Toda a população se agitou para o receber como um herói, como um triunfador. Foram organizadas numerosas comissões para as diferentes manifestações de classe, das quais fazia parte a população escolar (SALLES, 1993, p. 201).

Andrade recolheu-se à Casa de Caridade Santa Tereza. Há indícios de que a maioria dos seus bens foram doados à instituição, à Igreja do Bom Jesus do Matosinhos e aos pobres. É o que sugere o seguinte trecho extraído da ata de reunião da Irmandade de Santa Tereza de 07 de agosto de 1893, na qual o Provedor expôs aos membros da Mesa:

Que os tinha convidado para se deliberar sobre as providências a tomar-se para proporcionar ao distinto médico dr. José Pedro de Araújo os meios para o tratamento do dr. Joaquim Vieira de Andrade, que recolheu-se à Casa de Caridade, e como é sabido acha-se gravemente enfermo. Pelo mesmo provedor foi declarado que o dr. José Pedro se encarregava de tratá-lo convenientemente, mas que para isso necessitava de algumas pessoas, cujos serviços fossem contratados pela Casa, para acompanharem o enfermo constantemente, e como esta providência ocasionasse despesas, consultou aos Membros da Mesa presentes se lhe autorizam a fazê-las. Depois de breve discussão, foi unanimemente resolvido que o

Provedor ficasse encarregado de contratar os serviços do pessoal necessário e a fazer todas as despesas do tratamento. E para constar lavrou-se esta ata que vai assinada pelos Mesários presentes (Livro de Atas da Irmandade da Casa de Caridade Santa Tereza, 07/08/1893).

Consta que, mesmo demente, o dr. Andrade continuava prescrevendo receitas médicas, que eram revisadas pelo dr. José Pedro de Araújo. Prescrevia-as em latim. Segundo Joaquim de Salles (1993, p. 207), “nunca nessas receitas (...) foi notado o mais leve desvio da mais rigorosa ciência médica”.

Joaquim Vieira de Andrade lutou mais quatro anos contra a loucura, vindo a falecer em 1897, no Hospital de Alienados de São João del Rei.

### **O “maior dos serranos”: a construção social do mito do dr. Andrade**

Na citada matéria do *Liberal Mineiro*, publicada em março de 1884, já se lia: “Quem há em Minas que não conheça o dr. Vieira de Andrade, o médico dos pobres, o coração bom, o fervoroso católico, o apóstolo da caridade?”

De fato, no Serro o dr. Andrade era conhecido de todos. Mais que isso: reverenciado por pobres e ricos por seu caráter, comportamento e cultura. Admiravam-no por sua cultura superior: grande latinista – reconhecido pelo comendador Aureliano Pimentel, professor do Colégio Pedro II, como o verdadeiro mestre brasileiro do idioma (LINS, 1941) –, conhecedor das línguas francesa e italiana, apreciador de música e poesia. Conhecia muitíssimo os autores latinos, “principalmente Virgílio, de quem recitava sempre a *Eneida*” (*A Voz do Serro*, n. 29, 20/10/1912). No *Álbum do Bicentenário do Serro*, publicado em 1914, lê-se que o médico “sabia de cor, e recitava longamente, poesias e trechos seletos de autores de renome, vernáculos ou latinos, franceses ou italianos, estimando recordar as mais belas passagens da *Divina Comédia*, de Dante” (NUNES, 1914, p. 29). Sua paixão pela poesia o levou a associar-se ao *Clube Cláudio Manoel da Costa*, de Mariana, ao qual doou a obra do árcade, *Poesias Diversas*, “num códice in-quarto de uma folha inumerada e 51 folhas numeradas” (VEIGA, 1998, p. 645).

Manteve-se solteiro e casto. Andava elegante e em boa aparência. Confessava-se assiduamente e, em determinados períodos, comungava

diariamente. Sua presença nas missas era destacada, como se vê no trecho seguinte das memórias de Joaquim de Salles: “Aos domingos, na missa das oito horas, na Igreja da Purificação, era onde se ajuntavam maior número de cartolas, entre as quais se destacavam a do dr. Andrade e a do coronel Sebastião Rabelo” (SALLES, 1993, p. 208).

A generosidade do médico também fascinava, incluindo o mecenato. O dr. Joaquim Vieira de Andrade garantiu a formação de vários conterrâneos. Ordenaram-se às suas expensas, além de seu irmão Theófilo, os padres Virgolino da Silva e Domingos Moreira dos Santos. Patrocinou os cursos de Medicina de Ambrósio Braga e José Pedro de Araújo; de Farmácia, de João de Araújo Santiago; e, de Direito, dos irmãos Joaquim e José de Salles e de João José de Araújo. Para o curso de Direito do futuro Ministro do STF Edmundo Lins (1941, p. 63), o dr. Andrade destinou a quantia de 5:173\$000 (cinco contos e cento e setenta e três mil réis).

Todos os habitantes do Serro conheciam a história por trás da reconstrução, em 1885-1886, da Igreja do Bom Jesus do Matosinhos. Por caridade, o médico-deputado atendeu parturiente em risco de morte, desenganada por outros médicos do Rio de Janeiro. Salvou a mulher e a criança, recusando-se a receber pagamento do marido agradecido, um banqueiro inglês. Este encaminhou-lhe dias depois um presente: admirável caixa de madeira trabalhada, dentro da qual se acomodava enorme e artística escrivania toda de ouro maciço. Joaquim Vieira de Andrade quis devolver o presente, porém foi convencido do contrário pelo tio Carlos Benedito Ottoni, que o recebera em sua residência carioca durante o mandato de deputado geral. O presente foi vendido, rendendo trinta contos de réis, dinheiro que o médico doou para a reconstrução da Igreja do Matosinhos (SALLES, 1993, pp. 205-206).

Na ocasião do seu falecimento, a altíssima consideração dos serranos pelo dr. Andrade manifestou-se em reunião da Irmandade da Casa de Caridade de Santa Tereza. A Ata da reunião registrou:

A Casa de Caridade do Serro deve-lhe muitíssimo, pois era este hospital o teatro constante onde o grande mestre da medicina exercia a sua dedicação sem limites em prol dos que sofrem, e isto durante todo o tempo em que habitou esta cidade, sem jamais cogitar de remuneração temporal, e só tendo em vista praticar a mais bela das

virtudes cristãs (Ata da Irmandade da Casa de Caridade Santa Tereza, 23/03/1897).

Para as elites do Serro, o dr. Joaquim Vieira de Andrade simbolizava os anseios de ilustração e refinamento, de maneira que seu perfil era amplamente aprovado. Suas iniciativas coadunavam com a inclinação das elites locais de se antecipar aos problemas sociais pela promoção da caridade. E a sua morte trágica coroava trajetória de vida pautada por elevados ideais. O “médico dos pobres”, o “apóstolo da caridade” morrerá por seus ideais.

Quinze anos após a sua morte, a figura de Joaquim Vieira de Andrade voltaria a comover a população do Serro. A cidade se preparava para comemorar o bicentenário (1714-1914), enquanto enfrentava conjuntura desanimadora. A economia andava estagnada, enredada numa agricultura de métodos rotineiros e pouco rentável. O antes vastíssimo território de “*Mater* criadora do Norte de Minas” seguia sendo retalhado por força de novas emancipações.<sup>14</sup> A vizinha Diamantina alcançara maior poder regional, a ponto de concentrar órgãos públicos estaduais e federais e sediar o Congresso das Municipalidades do Norte de Minas Gerais, em 1904, quando recebeu a visita oficial do Presidente do Estado, João Pinheiro, nascido no Serro (MARTINS, 2014). A luta pelo ramal ferroviário estava definitivamente perdida, justamente para Diamantina (que contava com o apoio do Ministro da Viação, Francisco Sá). A outrora “capital do sertão de Minas Gerais” afundava-se em sociabilidade pachorrenta, e sua população crescia mais lentamente que nas cidades vizinhas. A renda entre os serranos era demasiadamente concentrada. Como ponderou José Moreira de Souza (1993, p. 240), “se coubesse um Estado, cuja capital fosse Diamantina, e outro, o Serro, eles seriam diferentes porque as duas capitais teriam projetos diversos: uma se projetaria pela ousadia e a outra pela resistência”.

Enfim, o Serro vivia período de impotência, paralisia, agonia e amargura. Mas aspirava voltar a ser o centro articulador do Norte de Minas, resistindo a aceitar sua condição de economia complementar à de Diamantina, de simples abastecedor do florescente mercado vizinho.

---

<sup>14</sup> O Serro perdera, antes de findar o século XIX, Conceição do Mato Dentro (1842), Guanhães (1879) e Peçanha (1881). Sabinópolis se emanciparia em 1923.

A história está repleta de situações desta natureza em que a fabricação de mitos políticos se mostrou eficiente na geração de engajamento e coesão social. Os mitos políticos são “conjuntos de imagens capazes de evocar *em bloco e somente pela intuição*, antes de qualquer análise refletida, a massa de sentimentos” desejada para a luta política (SOREL, 1990, p. 115). Eles são, simultaneamente, fruto de uma estratégia política e um produto coletivo. O sentido deles é mobilizar, empurrar para a ação, realizar a mediação entre categorias distintas e até opostas, entre temporalidades diversas (passado/presente/futuro), fortalecer a coesão social porque têm a vontade de extirpar o conflito desagregador. Os mitos políticos têm a nostalgia da unidade. Neles, há a combinação da invocação de um destino com o chamamento à ação.

O essencial é que os mitos políticos são amparados no senso comum e, como assinalou Raoul Girardet, eles requerem:

uma certa situação de disponibilidade, um certo estado prévio de receptividade. O que significa, entre outras coisas, que em sua estrutura, em sua forma como em seu conteúdo, a mensagem a ser transmitida deve, para ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário (GIRARDET, 1987, p. 51).

Os mitos políticos, que Georges Sorel considerava a força impulsionadora básica de qualquer grande movimento histórico, frequentemente invocam as tradições e evocam grandes homens como argumento de autoridade em favor desta ou daquela proposta, dotando a comunidade/sociedade de instrumentos que serão capazes de guiá-la para o futuro.

A efeméride do Bicentenário afigurava-se como oportunidade ímpar para criar um discurso mítico e mobilizar os serranos na direção pretendida. Desde 1912, o jornal *A Voz do Serro* foi o veículo de mobilização e propaganda do evento, que, na perspectiva das elites locais, deveria entusiasmar a opinião pública e arrancar o município da inércia. O Serro tinha de se juntar à corrente do “progresso”, modernizar-se para recuperar a grandeza de outrora, a condição pretérita de “vetusta cidade”, aglutinadora dos interesses nortistas, árbitra das disputas regionais e justa distribuidora dos benefícios e conquistas entre as urbes norte-mineiras. Por isso, não lhe apetecia por

assim dizer a “versão iconoclasta” da modernidade. No Serro da virada do século XIX para o século XX,

(...) as tentativas de modernização passaram pelo crivo de valores que compunham uma “ética católica”. Para que a modernidade não inundasse o Serro, afogando os costumes lá reinantes, a comporta era aberta de forma tímida de acordo com as idealizações que as elites propunham. Essa modernidade fragmentada aproxima-se do que Le Goff denomina de modernização por tentativas, que ocorre quando os elementos do moderno são fracos, jovens e descontínuos; e o antigo é muito pesado. Em consequência, a modernização é seletiva, empírica, parcial e procura um equilíbrio entre tradição e modernização (MIRANDA, 2002, p. 36).

O símbolo escolhido para ancorar esse movimento foi o dr. Andrade. Formou-se comissão para “promover os meios de erigir-se numa das praças de nossa legendária cidade um monumento que ateste aos vindouros a veneração que a geração atual votou ao inolvidável dr. Andrade, o admirável Apóstolo da Caridade” (*A Voz do Serro*, n. 43, 10/03/1913). Simultaneamente, lançou-se campanha para trasladar os restos mortais do médico de São João del Rei para o Serro.<sup>15</sup>

Durante dois anos, quase todas as edições d’*A Voz do Serro* trataram do Bicentenário, e enalteceram o dr. Joaquim Vieira de Andrade, não raro em matérias de página inteira.<sup>16</sup> O periódico como que tentou encarnar a voz do “médico dos pobres”, do “sacerdote da ciência”, publicando matérias como a seguinte:

A escola moderna, por si só, não educa; e não educa porque é ateia (...). A moral cívica é uma vã quimera. Educais a mocidade, e tereis reformado a face da Terra (...). É necessária luz, muita luz, mas notai bem, acompanhada da moral religiosa. A luz desacompanhada da educação religiosa é como aqueles fogos que se levantam dos túmulos e dos pantanais, que trazem consigo os germes da morte. (...) A sociedade moderna não sabe construir, e vê-se obrigada a destruir, a bombardear. Luz! Luz! Mas, em primeiro lugar, a divina luz! (*A Voz do Serro*, n. 18, 30/06/1912).

Até se procurava imitar a linguagem médica e emular a fé fervorosa que habitavam a dicção do dr. Andrade...

---

<sup>15</sup> Havia requerimento da Casa de Caridade Santa Tereza à Câmara Municipal do Serro, datado de 28 de julho de 1902, solicitando esse traslado (Arquivo da Câmara Municipal do Serro, Caixa 38).

<sup>16</sup> Na edição n. 29, de 20 de outubro de 1912, *A Voz do Serro* dedicou-lhe a primeira página e parte da segunda.

O *Álbum Bicentenário do Serro – 29 de janeiro de 1714-29 de janeiro de 1914*, confeccionado como parte das festividades, contendo fotos, textos, hinos e poesias, distribuído aos visitantes e à população local, se referiu ao dr. Andrade em texto intitulado “Um Sábio Serrano”. O texto, de autoria de J. Nicodemos de Araújo, dizia:

Nunca vi homem de presença tão veneranda como essa nobre e imponente figura de gênio tutelar, que foi o dr. Joaquim Vieira de Andrade. (...) A sua vida de celibatário, avesso de todo a profanidades; o seu fervor de católico convencido e prático, e a sua vasta cultura, desmentiram e desbarataram o dito de Schopenhauer, crassamente falso: “Fé e ciência não podem viver em harmonia no mesmo espírito”. (...) O ilustre médico podia dissertar, sabiamente, num teatro anatômico, ou na cátedra de um teólogo, ou mesmo empunhar uma batuta, com maestria, em um coro de cem vozes (NUNES, 1914, p. 15).

“Gênio tutelar”, ponte sólida a ligar passado e futuro, religião e ciência, tradição e modernidade, a figura emblemática do dr. Joaquim Vieira de Andrade servia para representar – e mobilizar – as elites serranas que pretendiam enveredar pelos caminhos da modernidade, juntar sua terra às outras terras mineiras nas quais estavam em curso processos de modernização da agricultura, de industrialização e urbanização, mas sem abandonar o passado de fé e tradição. A figura do dr. Andrade, tornada mito político, remetia a uma “idade de ouro” (a antiga poderosa Vila do Príncipe), a um “herói fundador” (do modo serrano de ser) e a uma “conspiração” contra o Serro (a Maçonaria, o ateísmo, a liberalidade dos costumes, etc.).<sup>17</sup>

Nas festividades do Bicentenário, sem o comparecimento de autoridades estaduais de expressão, a municipalidade não conseguiu realizar o traslado dos restos mortais do “médico dos pobres”. Inaugurou-se apenas o busto do dr. Andrade na principal praça da cidade, o primeiro monumento deste tipo construído no Serro, que recebera a pedra fundamental no ano de 1913. O busto não trazia qualquer inscrição. Não era preciso: todos sabiam quem era o herói. Ainda, como assinalou José Moreira de Souza (1993, p. 225-226), “é significativo que a figura do dr. Andrade tenha sido para o

---

<sup>17</sup> Sobre os mitos políticos “clássicos”, Luis Felipe Miguel (1998) escreveu: “A imagem de um Salvador, a esperança de uma Idade de Ouro e a denúncia de uma Conspiração andam frequentemente juntas; articuladas, fornecem uma representação completa do jogo político, em que estão indicados o Bem, o Mal e o resultado da luta”.

serrano do bicentenário mais importante como revisão da ordem local do que a do ‘íncrito Teófilo Ottoni’”.

### **Considerações finais**

O médico Joaquim Vieira de Andrade exerceu grande influência sobre os seus conterrâneos entre 1868 e 1889. Trabalhou pelos doentes, especialmente os pobres, e em prol da ordenação civilizatória dos espaços públicos do Serro, da abolição da servidão e do ensino livre e profissional. Pautou sua atuação médica e política pelos princípios do higienismo, subordinando-os, no entanto, às suas convicções católicas. Foi cultor das ciências, homem de erudição humanista, de comportamento austero, casto, caridoso e religioso.

Nele, que alcançara em vida praticamente unânime reconhecimento dos serranos, estiveram combinadas a “tradição” e o “progresso”, não sem ambiguidades e tensões, que lhe teriam custado a perda da razão em decorrência do choque causado pela Proclamação da República. Justamente por sua trajetória biográfica, as elites serranas transformaram o dr. Andrade em mito político na tentativa de resgatar a proeminência regional perdida, no contexto de um século que se iniciava sob a égide da busca da modernização.

Entretanto, nos dias atuais, malgrado o projeto de fazer do Serro o centro articulador do Norte mineiro, o significado do dr. Andrade esvaziou-se. Resume-se ao nome de uma praça em lugar urbano secundário e à presença nela de um busto sem identificação. O mito foi olvidado. O herói perdeu-se no tempo. O culto a sua personalidade parece que fazia sentido apenas para a sociedade serrana do limiar do século XX. A própria história paisagística da cidade sinaliza o processo de construção e desconstrução dos mitos.

**Agradecimentos:** A Ester Dolores Nunes da Cunha Pereira, licenciada em História pela FAFIDIA em 2002, residente no Serro, cuja participação na pesquisa documental e elaboração do texto foi crucial, tornando-a, de fato, coautora do trabalho.

## Referências bibliográficas

- ALONSO, A. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, V. L. **Teófilo Ottoni**: política, historiografia e esfera pública no Brasil. 1998. Mestrado, DH-UERJ, Rio de Janeiro, Brasil, 1998.
- CAIXETA, V. L. Parteiros mineiras oitocentistas: entre a institucionalização e as práticas costumeiras. **Saeculum – Revista de História**, nº 31, 2014. pp. 103-120.
- CELSO, A. **Oito anos de Parlamento**. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHAMON, C. S. Escolas de artes e ofícios mecânicos em Minas Gerais em fins do Império. **Cadernos de História da Educação**, v. 13, nº 2, 2014. pp. 569-591.
- COELHO, E. C. **As profissões imperiais**: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FERREIRA, L. O. B. **Os Ottoni**: Descendentes e colaterais. Rio de Janeiro: L.O.B. Ferreira, 1998.
- FIGUEIREDO, B. G. **A arte de curar**: Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUERRA, Z. G. **Memórias do meu passado**. Porto Alegre: Gráfica e editora NBS, 1988.
- LINS, E. **Reminiscências Literárias**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1941.
- MARTINS, M. L. **Breviário de Diamantina**: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- \_\_\_\_\_. Joaquim Felício dos Santos e a modernização republicana. In: LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 465-480.
- \_\_\_\_\_. Um arauto da modernização republicana nas Minas Gerais: o pensamento político de Joaquim Felício dos Santos. In: **VII Semana de História**, FAFIDIA, Diamantina, 2002. (Mimeo.).
- MIGUEL, L. F. Em torno do conceito de mito político. **Dados**, v. 41, nº 3, 1998. s/p.
- MIRANDA, L. S. A. Olhar de moribundo: o discurso das elites sobre a decadência do Serro de 1912 a 1919. **Revista de História do Serro**, n. 1, 2002. pp. 7-45.
- MOTA, I. M. “A galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se”: a revolta escrava do Serro (Minas Gerais, 1864). **História Social**, nº 12, 2006. pp. 35-57.
- NEVES, L. M. B. P.; MACHADO, H. F. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- NUNES, A. (Org.). **Álbum do Bicentenário do Serro** – 29 de janeiro de 1714-29 de janeiro de 1914. Serro, 1914.
- OLIVEIRA, L. G.. **A presença da igreja nas ações abolicionistas do Norte mineiro**: o caso do Bispado de Diamantina, 1864-1888. 2011. Mestrado, DH-UFOP, Mariana, Brasil, 2011.
- PENNA, L. A. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PEREIRA FILHO, J. C. **Dr. Simão da Cunha Pereira e Família**. Rio de Janeiro, 1992. (Mimeo.).
- RAGO, M. L. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REIS, J. J. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, F.; ALENCASTRO, L. F. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 95-141.
- REIS, L. A. **Professor Nelson de Senna**. Centenário do Professor Nelson de Senna. Serro, 1976. (Mimeo.).
- SALLES, J. F. **Se não me falha a memória**. São Paulo: Instituto Moreira Salles; Editora Giordano, 1993.
- SANTOS FILHO, L. Medicina no período imperial. In: HOLANDA, S. B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, Vol. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 541-566.
- \_\_\_\_\_. **História Geral da Medicina Brasileira**. Vol. 2. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991.
- SOREL, G. **Réflexions sur la Violence**. Paris: Seuil, 1990.
- SOUZA, J. M.. **Cidade, momentos e processos**: Serro e Diamantina na formação do Norte mineiro no século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1996.
- VEIGA, J. P. X. **Efemérides Mineiras**: 1664-1897. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998.